

## PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA

**Aprovado PL de Roberto Costa que assegura ambulância para transferência de pacientes graves entre hospitais particulares**

Nesta quinta-feira (16), a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, em segundo turno, por unanimidade, o Projeto de Lei 191/2022, de autoria do deputado estadual Roberto Costa (MDB), iniciativa crucial que visa assegurar o direito à vida e à saúde dos pacientes que se encontram em estado grave em hospitais privados no Maranhão.

O projeto atende a uma necessidade urgente, garantindo que pacientes em situações críticas, que precisam de transferência entre hospitais privados sem disponibilidade de ambulâncias, tenham acesso imediato ao transporte do setor público com o objetivo de garantir suas vidas.

O projeto de lei prevê a disponibilidade de ambulâncias do Corpo de Bombeiros ou do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, desde que comprovada a gravidade e a urgência através de um laudo médico, bem como a evidência da falta de ambulâncias adequadas na rede privada.

Com a aprovação unânime do Projeto de Lei 191/2022, o deputado Roberto Costa reafirma seu compromisso com a promoção da saúde e a preservação do bem mais valioso de todos: a vida. A proposição agora vai para a sanção do governador Carlos Brandão.

**Eric Costa anuncia construção de escolas de tempo integral em três áreas indígenas**

O deputado Eric Costa (PSD) ocupou a tribuna, na sessão desta quinta-feira (16), para anunciar que o Governo do Estado ampliará a rede de ensino com a construção de escolas de tempo integral em três áreas indígenas do Maranhão.

Segundo o deputado, o governo estadual indicou para o Conselho Estadual de Educação o nome de três escolas: uma na cidade de Grajaú, outra em Jenipapo dos Vieiras e outra em Barra do Corda.

Ele informou que, na terça-feira (14), participou de uma reunião com representantes do Conselho de Educação Indígena e da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) para discutir a expansão do programa de ensino em tempo integral na rede estadual de ensino e a inclusão do método na educação escolar indígena.

**“A PM precisa ser respeitada, cuidada, fortalecida”, diz Yglésio em defesa dos policiais militares**

Na sessão plenária de terça-feira (14), o deputado Yglésio Moyses (PSB) ocupou a tribuna para defender melhores condições de trabalho para policiais militares. Nesse contexto, o parlamentar pontuou o caso recente de envolvimento de policiais militares suspeitos de integrar milícias, caso que ocorreu no povoado Carrasco, zona rural de Barra do Corda. “A polícia não está imune a erros, mas daí a tratar a nossa Polícia Militar como miliciana, sem entender os problemas estruturais aos quais ela foi submetida nos últimos 10 anos, seria de gigantesca desonestidade intelectual e injustiça”, afirmou Yglésio.

Em visita ao comando geral, Yglésio, verificou as condições e a necessidade de reformas nas instalações prediais, até então mal conservadas. “Confio que o governador Carlos Brandão (PSB), olhará com o devido cuidado para esses problemas, mantendo aberto o diálogo e, principalmente, zelando por esses homens e mulheres que arriscam suas vidas diariamente por nós”, frisou.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-033/2023/SRP-CPL/PMDB.**

PROC. ADMINISTRATIVO Nº 184.2023. ORGÃO REALIZADOR: Comissão Permanente de Licitação. Pregoeiro: Washington Carlos Ferreira dos Santos. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 01/2021, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. TIPO: MENOR PREÇO regida pelo Sistema de Registro de Preço. OBJETO: Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de Gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros destinados às Secretarias de Duque Bacelar para o exercício de 2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. ORGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração. LOCAL/SITE: <https://www.novobmnet.com.br>, <https://duquebacelar.ma.gov.br>, esclarecimentos adicionais, via e-mail [cplduquebacelar@gmail.com](mailto:cplduquebacelar@gmail.com) ou fone (98)98499-2219, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Duque Bacelar/MA, 14 de novembro de 2023. Robert Otoni Furtado Oliveira Secretário Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura.

**PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL - LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA (LOC)**

Dherma Distribuidora LTDA, CNPJ nº 13.178.453/0001-54, torna público que requereu a Secretaria Municipal do Ambiente - SEMAM, na data 02/09/2023, a Licença Ambiental - Licença de Operação Corretiva, para atividade de Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, localizada à Estrada MA 203, nº6, Cond. Central Park e Altos, Araçagy, CEP 65110-000, São José de Ribamar (MA), conforme o protocolo SEMAM nº 800143

**Relatório final da LDO deve ser apresentado terça-feira**

O governo federal afastou qualquer possibilidade de apresentar emenda ou mensagem modificativa que altere a meta fiscal de 2024 no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nesta quinta-feira (16), o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), reuniu-se com ministros da equipe econômica e da articulação política no Palácio do Planalto para tratar de possíveis emendas ao texto. “O importante é que isso dá equilíbrio, a tomada de posição e a garantia de que nós vamos trabalhar, agora, para concluir a votação do orçamento, para dar ao país um orçamento factível em 2024. Então, a possibilidade de revisão poderá advir de alguma mudança no futuro, mas, no presente, o governo manteve a meta fiscal zero”, disse o parlamentar após a reunião.

O novo arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso Nacional em agosto estabelece a meta de resultado primário zero para o próximo ano, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, podendo chegar a um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) ou déficit na mesma magnitude. No mesmo sentido, o projeto do Orçamento de 2024 prevê um pequeno superávit primário de R\$ 2,84 bilhões em 2024, equivalente a 0% do PIB. O resultado primário representa o resultado das contas do setor público – despesas menos receitas – desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.



Ministro Alexandre Padilha disse que o governo apresentará emenda para estimular a destinação de recursos para o PAC

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da LDO 2024 termina hoje (17). Segundo Danilo Forte, o relatório final deve ser apresentado na terça-feira (21) para discussão e votação. Até lá, será montado um grupo de trabalho para analisar as propostas dos parlamentares e decidir sobre a necessidade de outras emendas por parte do governo. Nesse caso, as serão apresentadas pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que também esteve no encontro desta quinta-feira no Palácio do Planalto. De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, há interesse do governo de apresentar uma emenda na LDO que estimule que as emendas de bancada e as individuais para que possam ser direcionadas para

projetos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo o ministro, o objetivo é dar mais efetividade para o uso das emendas. Em conversa com a imprensa, Padilha reforçou que não há iniciativa do governo para alterar a meta que está no texto da LDO e que o esforço do governo está em aprovar medidas que aumentem a arrecadação e que ainda estão em tramitação no parlamento. Entre as propostas estão a da taxa de fundos de super-ricos e de apostas eletrônicas e o projeto sobre subvenção a empresas. “Em cima disso, exatamente, foi que se concluiu que se poderia trabalhar com a meta fiscal zero diante de toda essa equação que foi apresentada pelo ministro [da Fazenda, Fernando Haddad]. Torço eu para que ela se realize porque

isso dá conforto para o país”, disse Danilo Forte. “O governo acredita que, neste momento, o foco tem que estar concentrado nas medidas que melhoram arrecadação, fazem justiça tributária no país. E o esforço de combater qualquer pauta que desorganiza o orçamento público, esse esforço vai continuar por parte do governo. Deixamos explícito isso para o relatório da LDO”, acrescentou o ministro Alexandre Padilha. Ele reafirmou o governo vai buscar cumprir à risca aquilo que está estabelecido no arcabouço fiscal, que é a meta fiscal zero em 2024. As discussões sobre a meta começaram após declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “difícilmente” o governo cumprirá a meta de zerar o déficit primário no ano que vem e que não quer fazer corte em investimentos em obras. “Tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal a gente vai cumprir. O que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero, o país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Eu acho que, muitas vezes, o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida”, disse o presidente em café da manhã com jornalistas no fim do mês passado. (AGÊNCIA BRASIL)

**Situação do saneamento básico no Brasil ainda é 'catastrófica', aponta audiência pública na CMA**

Apesar de uma pequena melhora nos últimos anos, a cobertura do saneamento básico no Brasil ainda é muito precária, o que demanda mais esforços dos setores público e privado visando suprir o déficit. Esse foi um dos pontos tratados na audiência pública que a Comissão de Meio Ambiente (CMA) realizou nesta quinta-feira (16). O senador Confúcio Moura (MDB-RO) lembrou que o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020) prevê a universalização dos serviços até 2033, mas, segundo ele, tudo indica que essa será mais uma meta descumprida no Brasil. “Pelo menos metade da população sofre com problemas de saneamento básico. Dados oficiais indicam que 40

milhões de famílias não têm sequer um banheiro dentro de casa. E dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento indicam mais de 100 milhões de brasileiros sem acesso à coleta de esgoto e 35 milhões sem água tratada”, denunciou o senador. Além dessa péssima situação, Confúcio Moura chamou a atenção para as desigualdades regionais, que também marcam esses índices. O senador chamou de “caótica” a situação hoje em muitas cidades do Norte e Nordeste. E fez questão de reiterar que os cinco piores índices de coleta de esgoto estão em cidades do Norte: Santarém, Porto Velho, Macapá, Belém e Rio Branco. Visando melhorar essa situação, ele defende que o ritmo

de concessões no setor e o envolvimento maior do BNDES no financiamento de projetos estruturais seja mais priorizado a partir de 2024. Elcires Freire, que coordena um MBA em Saneamento Básico na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), defende que o governo e o Parlamento avancem na regulamentação do setor. Ele entende que o Brasil precisa desenvolver uma política visando atender de fato as chamadas “habitações subnormais”. “Mais de 30 milhões de pessoas não têm água tratada; mais de 74 milhões não têm sequer coleta de esgoto. Em resumo, o desafio do Brasil é levar o saneamento a essas habitações “subnormais”, sugere o especialista. (COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA SENADO)

**EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.**

Sociedade Anônima de Capital Fechado  
CNPJ nº 09.347.229/0001-71

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023. 1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 08 de novembro de 2023, às 15:30 horas, na sede social da Equatorial Serviços S.A. (“Companhia”), localizada na Alameda A, Lote 1-F e 1-G, Quadra SQR1, Bairro Quitandinha/Vinhais, Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-636. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Convocação realizada por correio eletrônico, nos termos do art. 17 §1º do Estatuto Social da Companhia. Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração, saber: Augusto Miranda da Paz Júnior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Tinn Freire Amado e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira. Todos estiveram presentes por videoconferência, em conformidade com o artigo 17, §4º do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretária: Maiana Cristina Bastos de Oliveira. **4. ORDEM DO DIA:** Os membros do Conselho de Administração reuniram-se para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) manifestar-se sobre os resultados operacionais e financeiros da Companhia referentes ao terceiro trimestre do ano de 2023; e (ii) autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **5. DELIBERAÇÕES:** Foi aberta a sessão, tendo assumido a Presidência da Mesa o Sr. Augusto Miranda da Paz Júnior, que convidou Maiana Cristina Bastos de Oliveira para secretariar os trabalhos. Após o exame e a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes à reunião deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: 5.1 Aprovar e apresentar os resultados operacionais e financeiros da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e as Notas Explicativas referentes ao encerramento do terceiro trimestre de 2023; 5.2 Autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada. Certifico o registro em 10/11/2023 sob o nº 20231349521. Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral, JUCEMA.

**equatorial**  
ENERGIA

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – SINDEDUCAÇÃO, pessoa jurídica devidamente registrada, CNPJ 05.642.608/0001-33, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Avenida 14, n. 46, III Conjunto da Cohab Anil, CEP 65.076-270, representada neste ato pela Presidente, Srª **Regina Sheila Bordalo Martins**, convoca os professores da rede pública municipal de São Luís - MA para participarem de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 de novembro (sábado) de 2023, na sede do Sineducação, localizada na Avenida 14, n. 46, III Conjunto da Cohab Anil, CEP 65.076-270, às 8h, em 1ª convocação e a partir das 8h30, em 2ª convocação, com qualquer número de professores (as) presentes, para tratar da seguinte pauta: **1 - Eleição dos Representantes da Categoria na Comissão de Acompanhamento do Pagamento dos Precatórios do Fundef; 2 - Lançamento da Campanha Salarial 2024; 3 - Deliberações para a Construção de um Coletivo de Mulheres do Sineducação.** A participação com direito a voz e/ou voto será garantida a todos e todas que participarem da assembleia de forma presencial. As deliberações tomadas nesta assembleia prevalecerão para todos os fins de direito, e a ela se vinculam os (as) trabalhadores (as) sindicalizados (as) ou não à entidade sindical.

São Luís (MA), 17 de novembro de 2023

*Regina Sheila Bordalo Martins*  
**Regina Sheila Bordalo Martins**  
Presidente do SINDEDUCAÇÃO